

# **CLIPPING IMPRESSO**

**28/10/2019**



# INDICE

---

1. INSTITUCIONAL	
1.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	1 - 2
1.2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	3 - 4
1.3. JORNAL O IMPARCIAL.....	5 - 6
2. PUBLICIDADE LEGAL	
2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	7

## COMENDA

# Carlos Brandão prestigia entrega de homenagens no Judiciário maranhense

A medalha especial Cândido Mendes, mais alta comenda do Poder Judiciário maranhense, foi entregue na manhã desta sexta-feira (25) ao ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, presidente da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O governador em exercício Carlos Brandão participou da

solenidade na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), na Praça Pedro II, Centro Histórico de São Luís.

A tarde, Brandão prestigiou outra cerimônia no judiciário maranhense, dessa vez na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), no bairro Areinha, também em São Luís.

**Página 4**



Joquim Figueiredo, Marcelo Navarro e Carlos Brandão no TJ

# Carlos Brandão participa de homenagens do judiciário

A medalha especial Cândido Mendes, mais alta comenda do Poder Judiciário maranhense, foi entregue na manhã desta sexta-feira (25) ao ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, presidente da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O governador em exercício Carlos Brandão participou da solenidade na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), na Praça Pedro II, Centro Histórico de São Luís.

À tarde, Brandão prestigiou outra cerimônia no judiciário maranhense, dessa vez na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), no bairro Areinha, também em São Luís. Em comemoração aos 87 anos de instalação da Justiça Eleitoral no Estado, o TRE-MA entregou a Medalha do Mérito Eleitoral "Ministro Arthur Quadros Colares Moreira" a seis personalidades do campo jurídico.

A medalha especial Cândido Mendes concedida ao ministro Marcelo Navarro é fruto de uma proposição do desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho e foi amplamente aceita pela Corte maranhense, de acordo com o presidente do TJ-MA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

"A gente diz que toda homenagem é justa, mas essa eu não tenho dúvidas. Trata-se de uma das maiores autoridades do Poder Judiciário brasileiro. O tribunal, na pessoa do desembargador Froz Sobrinho, que foi quem o indicou, de forma unânime, homenageou o eminente ministro nesta data", enfatizou Joaquim Figueiredo



**Joaquim Figueiredo, Marcelo Navarro e Carlos Brandão no TJ**

dos Anjos.

Nascido em Natal (RN), Marcelo Navarro Ribeiro Dantas atuou por mais de 12 anos como procurador da República no Rio Grande do Norte e foi presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), antes de se tornar ministro do STJ. O magistrado agradeceu a homenagem em solo maranhense.

"Estou muito emocionado pela demonstração de apreço e confiança. Faz com que eu me compenetre e tenha que estar à altura dessa responsabilidade e do apreço que o Maranhão me dedica", afirmou Marcelo Navarro.

O governador em exercício Carlos Brandão ressaltou a brilhante carreira de Navarro no judiciário nacional, e falou do privilégio em participar da solenidade.

"Foi uma proposição do desembargador Froz e é sempre bom a gente estar presente, principalmente para essas pessoas que têm um grande serviço prestado ao Brasil e à

comunidade jurídica. Fizemos questão de vir aqui prestigiar o ministro Marcelo Navarro", ressaltou Carlos Brandão.

Medalha do Mérito Eleitoral

No plenário Ernani Santos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), seis personalidades do mundo jurídico receberam medalhas do mérito eleitoral "Ministro Arthur Quadros Colares Moreira", entre elas, o procurador-geral do Estado do Maranhão (PGE-MA), Rodrigo Maia.

"É uma grande honra e uma alegria estar sendo homenageado juntamente com outros valorosos colegas, com essa comenda da Justiça Eleitoral do Maranhão, importante ramo da justiça brasileira, pela sua importância e pelo seu papel democrático. Aumenta a nossa responsabilidade em fazermos jus à homenagem recebida e continuarmos mantendo a trajetória de atuação em defesa dos valores democráticos", avalia Rodrigo Maia.

Além de Maia, também

receberam a homenagem a advogada Anna Graziella Santana Neiva Costa; o procurador do TRE-SP Luiz Carlos dos Santos Gonçalves; o juiz e presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Ângelo Antônio Alencar dos Santos; o procurador do Mato Grosso do Sul Leonardo Campos Soares da Fonseca; e o diretor-geral do TJ-MA, Mário Lobão Carvalho.

Para Lobão Carvalho, a Medalha do Mérito Eleitoral é o reconhecimento pelo trabalho que vem sendo desenvolvido pelo tribunal.

"É um sentimento de gratidão, de reconhecimento de um trabalho sério e profícuo. É um motivo de orgulho ser laureado com essa medalha em prol do que representa esse tribunal para o nosso Estado, para o nosso país, e, principalmente, para a Constituição Federal", concluiu Mário Lobão Carvalho.



**PERGENTINO  
HOLANDA**

ph@mirante.com.br  
@holandaph



O **MINISTRO** do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, foi homenageado, na última sexta-feira, no Salão Nobre do TJMA, com a Medalha do Mérito Cândido Mendes - a mais alta comenda do Poder Judiciário do Maranhão, por relevantes serviços prestados à Justiça no país. A homenagem foi proposta pelo desembargador Froz Sobrinho e aprovada, unanimemente, pelos membros do Pleno do TJMA. Na foto, o homenageado com o presidente do TJMA, Joaquim Figueiredo

# ESTADO MAIOR

## Homenagem

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, foi homenageado, na sexta-feira (25), no Salão Nobre do TJMA, com a Medalha do Mérito Cândido Mendes.

Trata-se da mais alta comenda do Poder Judiciário do Maranhão, dedica a ele por relevantes serviços prestados à Justiça no país.

A homenagem foi proposta pelo desembargador Froz Sobrinho e aprovada, unanimemente, pelos membros do Pleno do TJMA.

## Medalha

Ribeiro Dantas também recebeu do presidente da Corte Estadual, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, a Medalha Comemorativa dos 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

“Com esse ato, os poderes constituídos do Estado reconhecem o potencial jurídico, humanístico, ético e moral do ministro Marcelo Navarro”, disse o magistrado.

Froz Sobrinho enalteceu a atuação do ministro como presidente da Quinta Turma do STJ. “Justa homenagem dirigimos a um dos maiores saberes jurídicos do país”, resumiu.



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico SPR nº 75/2019**

**Processo nº 26.839/2019**

**Objeto:** Registro de Preço para contratação de serviços de empresa especializada para confecção, fornecimento e instalação de placas de sinalização e comunicação visual modular e acessibilidade, no Fórum Desembargador Sarney Costa; **Abertura:** 11/11/2019 às 10:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br). **Fone:** (98) 3261-6181. São Luís/MA, 24 de outubro de 2019. **Thiago Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.**

## JUSTIÇA

# Decisão sobre Coaf trava investigações no Maranhão

A medida travou principalmente as apurações sobre crimes contra a ordem tributária, como sonegação, e as relativas à lavagem de dinheiro . No Maranhão, segundo dados publicados sábado (26) pela Folha de S. Paulo, houve paralisação de 11 a 30 casos.

PÁGINA 3

## JUSTIÇA

# Decisão sobre Coaf trava investigações no MA



### DIAS TOFFOLI SUSTOU PROCESSOS E INVESTIGAÇÕES BASEADOS EM DADOS FISCAIS OBTIDOS SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

Dados da Procuradoria-Geral da República obtidos pela Folha mostram que ao menos 700 investigações e processos judiciais foram paralisados desde que o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, mandou suspender casos criminais baseados em informações de órgãos de controle como a Receita Federal e o antigo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

A medida travou principalmente as apurações sobre crimes contra a ordem tributária, como sonegação, e as relativas à lavagem de ativos obtidos ilícitamente (151), inclusive em esquemas de corrupção.

Mas afetou também, ainda que em menor quantidade, inquéritos, procedimentos investigativos e ações penais sobre uma gama de delitos, como contrabando, peculato (desvio de recursos públicos), golpes contra a Previdência, falsidade ideológica e tráfico de drogas.

Até mesmo 23 apurações de improbidade administrativa —que não têm

natureza criminal— foram sustadas por conter informações dos órgãos sob questionamento. No Maranhão, segundo dados publicados sábado (26) pela Folha de S. Paulo, houve paralisação de 11 a 30 casos.

O levantamento foi feito pela 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, responsável pela área criminal, com base em informações lançadas até quinta-feira (24) em um sistema de dados processuais pelas Procuradorias da República nos estados.

A quantidade de casos parados aumenta diariamente. O número Brasil a fora é ainda maior, pois a estatística não abarca as investigações tocadas por Ministérios Públicos estaduais. “O impacto é muito grande e variado. Atinge crimes de todos os tipos. Se você quer fazer uma investigação mais sofisticada de lavagem —e qualquer crime pode ser antecedente de lavagem—, precisa dos relatórios do Coaf e da Receita”, diz a subprocuradora-geral da República Luiza Frischeisen,

coordenadora da Câmara.

A principal atuação do extinto Coaf, rebatizado pelo governo Bolsonaro de UIF (Unidade de Inteligência Financeira), era a produção de RIFs (relatórios de inteligência financeira) que apontam operações suspeitas em bancos, cartórios, galerias de arte, entre outras instituições, o que é considerado essencial por investigadores em temas variados.

O órgão foi posto sob o guarda-chuva do Ministério da Justiça no início do ano, como parte de uma estratégia do ministro da Justiça, Sérgio Moro, para fortalecer seu papel de apoio em investigações. Mas o Congresso reverteu a decisão e o devolveu ao Ministério da Economia em maio. Em agosto, ele foi transferido para o Banco Central e mudou de nome.

O presidente do Supremo mandou sustar em julho todos os processos e investigações do país baseados em dados fiscais e bancários detalhados obtidos sem prévia autorização judicial.